

A política do álcool nos Estados

*Ronaldo Lessa**

O Programa Nacional do Álcool, lançado em 1975, decorreu da necessidade de uma resposta imediata à dependência que o país registrava na importação de combustíveis derivados do petróleo, em função de dois choques oriundos de eventos a partir do Oriente Médio. Agora, com o agravamento das relações entre israelenses e palestinos e a consequente oscilação de preços do petróleo no mercado internacional, vale reiterar a reflexão sobre o Proálcool como instrumento estratégico para o nosso desenvolvimento.

O Proálcool teve que apoiar-se na estrutura econômica e de produção da atividade canvieira, que priorizava maciçamente a fabricação de açúcar, sob o controle direto do IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool. A tônica do Programa foi o crédito subsidiado, tanto industrial como agrícola. Dessa forma, ampliou-se a intervenção do Estado na atividade, sobretudo pela necessidade de ser estabelecido um convívio econômico, não concorrencial, entre a produção privada de álcool e a produção de gasolina, executada pela Petrobrás.

O reforço da estrutura de produção do álcool, de acordo com as diretrizes do Programa, foi marcado essencialmente pela indicação e incentivos governamentais, visando a construção de destilarias anexas às usinas de açúcar e de destilarias autônomas, para o atendimento de uma demanda também incentivada e supostamente crescente do álcool carburante. A resposta do setor privado a tais incentivos foi significativa e a produção brasileira cresceu 1300% em dez anos, tendo já alimentado frota de veículos calculada em 4,3 milhões de unidades.

Tanto a capacidade quanto a localização dessas novas unidades fabris, foram fortemente influenciadas pelo planejamento governamental, extensivo à política de distribuição e de preços do produto, que passou a integrar o rol de combustíveis, cuja cadeia produtiva sofria intervenção oficial de ponta a ponta, tema de utilidade pública e de interesse da segurança nacional.

* Governador do Estado de Alagoas pelo PSB - Partido Socialista Brasileiro, o autor é graduado em Engenharia Civil.

Ação governamental na atividade era total e podia ser resumida no seguinte:

- Preço aos produtores de álcool, anidro e hidratado, fixado em paridade com o açúcar, a fim de tornar indiferente a produção de um ou outro produto final;
- Preço fixado pelo governo para o álcool hidratado combustível em nível de postos de revenda, tendo paridade com a gasolina que induzia a aquisição de veículos a álcool;
- Comercialização da produção autorizada de álcool em 9 meses, posteriormente alterada para 6 meses, 9 meses, 12 meses e de acordo com a demanda – de 1989 a 1997;
- Manutenção de estoque estratégico de álcool equivalente a dois meses de consumo;
- Financiamento do Governo para instalação de novas unidades produtoras – 1985
- Financiamento para estocagem de álcool.

Assim, a implementação do Programa possibilitou a obtenção de:

- Redução da dependência de energia importada originada de fonte não renovável;
- Abrandamento dos problemas com a Balança Comercial;
- Redução dos problemas ambientais, notadamente aqueles relacionados com a qualidade do ar nos grandes centros urbanos;
- Desenvolvimento de uma tecnologia nacional para a produção de combustível alternativo.

O setor sucroalcooleiro nacional abrange um parque industrial de 346 indústrias, sendo 134 destilarias autônomas que só produzem álcool, 39 usinas que só produzem açúcar e 173 usinas com destilarias anexas que produzem açúcar e álcool.

Só o segmento alcooleiro, com uma produção anual em torno de 13,5 bilhões de litros de álcool, contribui com uma receita setorial agregada de cerca de U\$ 9 bilhões, representando 2% do PIB. Os investimentos de U\$ 11 bilhões exigidos pelo Proálcool foram suficientemente superados apenas pela substituição equivalente de cerca de 210 mil barris/dia de petróleo, que representaram U\$ 27 bilhões até o final de 1995.

A ocupação fundiária da lavoura da cana-de-açúcar registra 40 mil agricultores individuais não vinculados às indústrias, além das 346 agroindústrias espalhadas em quase todos os Estados da Federação. E tem

mais: emprega um milhão de trabalhadores no meio rural. Portanto, o setor tem uma importância econômica e social que por si só exige uma política nacional responsável, arrojada e conseqüente.

Não se pode negar que a redução dos estímulos ao Proálcool, iniciada na década de 90 e o seu conseqüente abandono pelas autoridades federais, contribuiu para o agravamento do quadro de dificuldades do setor sucroalcooleiro, sobretudo no Nordeste. Vejamos alguns fatos:

- Tem-se a retração no consumo de álcool hidratado a partir de 1995, devido à paralisação da produção de carro a álcool, por parte das montadoras (caindo de 95% para próximo de zero, em 1999), o que prejudicou sensivelmente o setor e expressou claramente o abandono do Proálcool, relegado a plano secundário pelo uso de energia carburante, a partir do petróleo, como prioridade nacional.
- No caso particular do Nordeste, mesmo com uma parcela do setor tendo incorporado à sua atividade uma tecnologia agrícola e industrial moderna e novos conceitos gerenciais – que possibilitaram ao cultivo da cana-de-açúcar alcançar o quarto menor custo de produção do mundo – a situação torna-se regionalmente mais difícil, pela forte presença de fatores naturais adversos (seca, solo, topografia etc.). Além disso, há menor investimento em pesquisa, irrigação e na modernização de processos gerenciais e produtivos. Tem-se, também, a utilização intensiva de mão-de-obra, principalmente nas áreas de difícil mecanização. Tudo isto implica uma considerável redução da produtividade agrícola, que atinge médias de colheitas anuais em torno de 45 a 50 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, o que resulta em menor capacidade competitiva.
- O Nordeste teve, nos últimos dois anos, o maior déficit hídrico de todos os tempos. A falta de chuvas provocou perdas de canaviais e redução do rendimento agrícola. Isso acarretou insuficiência de matéria-prima, paralisação de algumas unidades e a ociosidade nas demais, aprofundando a crise e agravando ainda mais o problema do desemprego na região.
- Como resultado do processo de agravamento da situação do setor nesta região, destacamos:
 - a) um quadro de estagnação econômica;
 - b) endividamento das unidades de produção, dificultando e, em alguns casos, impedindo o acesso ao crédito;
 - c) o desmantelamento parcial da economia canavieira nordestina, com falência e encerramento parcial das atividades de mais de 20 unidades agro-industriais;

- d) exacerbação da taxa de desemprego estrutural (pelos dados da Sudene, estima-se em 200 mil o número de trabalhadores desempregados no setor), além do desemprego sazonal (que chega a 50% no período de entressafas);
- e) redução da renda circulante, com reflexos no setor comercial das cidades da sub-região;
- f) migração do campo para as cidades, com todo um conjunto de conseqüências negativas, como o crescente processo de favelização, marginalização, insegurança pública, aumento da demanda de serviços básicos, entre outros.

No caso específico de Alagoas, a crise do setor pode ser retratada pela desativação de unidades produtivas. Em 1985, o Estado contava com 37 unidades, incluindo usinas de açúcar, destilarias anexas e autônomas, passando em 1999 para 28 unidades produtivas, ocasionando uma queda significativa da mão-de-obra empregada no setor, que em 1985 era de 181.300 trabalhadores e, em 1999, caiu para 137.200. Acrescente-se a isso uma redução significativa na contribuição do setor na arrecadação da receita própria do Estado (ICMS*).

O resgate do Programa do Alcool, independentemente de qualquer outra consideração, justifica-se simplesmente pela variável ambiental:

- O Brasil produz metade do álcool do mundo e a sua utilização como combustível contribui para que o nosso país possua a matriz energética mais limpa do planeta.
- Graças ao álcool, o Brasil tornou-se o primeiro país a produzir um combustível – gasolina ou álcool – de alta octanagem, sem a adição do chumbo tetraetila, um dos maiores poluentes atmosféricos e causadores de danos à saúde das pessoas, o que vem reduzir os custos indiretos obtidos com a não emissão de gases decorrentes do uso de derivado de petróleo.

Além do componente ambiental, pode-se alinhar vários outros aspectos em defesa do ressurgimento do Programa:

- 1- Possibilidade de uma maior sustentabilidade da matriz energética do país – pelo fato de ser a cana-de-açúcar um recurso natural renovável, o que não ocorre com o petróleo.

* Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.

- 2- Trata-se de um combustível que fortaleceria o parque automotor, o setor termelétrico, com uso de tecnologia nacional. Portanto, de forte importância estratégica como programa de energia alternativa, a exemplo do que vem desenvolvendo países importantes do Primeiro Mundo, além de contribuir para a geração de divisas, quer pela redução da importação do petróleo, quer pela exportação deste quando o país alcançar a autonomia de sua fonte de energia;
- 3- Maior geração de emprego e renda, tendo seu grande impacto na sócio-economia interna do país. (O setor alcooleiro emprega 150 vezes mais que a indústria do petróleo; o custo da geração de um emprego no setor sucroalcooleiro é de cerca de US\$ 11 mil, bastante inferior ao da indústria química, por exemplo, que atinge US\$ 220 mil).
- 4- Possibilidade de agregação de valores à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, estimulando a geração de energia a partir do bagaço da cana e permitindo a inserção do pequeno produtor. Cabe salientar que o setor sucroalcooleiro tem um grande potencial para co-geração de energia elétrica, com menores custos que a hidreletricidade.

Concluimos que é necessária a definição de uma política de retomada do Proálcool que assegure o fortalecimento do setor, contemple atividades complementares de maior valor agregado, possibilite a inserção de pequenos e médios produtores nessa atividade, estimule nossa independência econômica frente aos eventuais descaminhos do mercado global e seja elemento para proporcionar a inclusão social em nosso país.

Textos consultados

- 1- Programa de Ação para o Desenvolvimento da Zona da Mata Alagoana – SUDENE e SEBRAE – fev/2000.
- 2- Modernização da Agroindústria Canavieira do Nordeste – Luiz Chaves Ximenes Filho – fev/2000.
- 3- O Álcool Combustível no Brasil – Jorge Toledo Florêncio – fev/2000.
- 4- Severino de Melo Araújo – Presidente da Fundação CEPA-AL.